COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 880, DE 2003

Dispõe sobre as compras de remédios e equipamentos de saúde pela União.

Autor: Deputado EDUARDO CUNHA

Relator: Deputado HENRIQUE FONTANA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 880/2003, de autoria do Deputado Eduardo Cunha, estabelece que a União deverá comprar medicamentos e equipamentos de saúde, diretamente dos fabricantes originais, proibindo a aquisição junto a distribuidores ou qualquer outro intermediário, exceto nos casos em que o objeto da compra não tenha fábrica no país, admitindo-se a compra junto aos representantes comerciais.

Sustenta o autor que a presença de intermediários eleva o preço, estimula a corrupção e facilita a sonegação fiscal e que a aprovação dessa proposta aumentaria o “atendimento da saúde em nosso país”.

A proposição em epígrafe foi encaminhada a esta Comissão de Seguridade Social e Família para apreciação sobre seu mérito. Posteriormente, será apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ressalte-se que o projeto está sujeito à apreciação conclusiva dessas comissões.

Decorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

8EB48F3508 *8EB48F3508*

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Gostaria de exultar a nobre preocupação do Deputado Eduardo Cunha com as despesas públicas com a saúde, mais especificamente com a aquisição de medicamentos e equipamentos, buscando eliminar do processo de compra os intermediários e com isso reduzir o preço de tais produtos.

Entretanto, podemos citar alguns óbices à aprovação da presente proposição. Inicialmente, cumpre ressaltar que a licitação tem como consectário lógico a ampliação da concorrência, que é seu objetivo principal, juntamente com a observância a alguns princípios regedores da ação administrativa no sentido de assegurar a supremacia e indisponibilidade do interesse público. Assim, toda e qualquer exigência que resulte em limitação ao caráter competitivo dos certames públicos, deve demonstrar que essa restrição foi feita exatamente para preservar o interesse público.

A proposição em análise restringiria a competitividade dos certames, excluindo a participação de distribuidores, representantes comerciais e outros possíveis intermediários. De fato, ele criaria um privilégio aos laboratórios de medicamentos e indústrias de equipamentos de saúde. Ao limitar o leque de possíveis fornecedores desses produtos, o efeito prático poderia ser a elevação de preços e, conseqüentemente, a aquisição antieconômica e ilegítima.

Vale ressaltar que diversos laboratórios e indústrias podem não participar das licitações, por desinteresse ou por estarem limitadas em face de restrições impostas na Lei 8.666/93. Alguns laboratórios de medicamentos, por exemplo, só realizam operações comerciais por meio de representantes, inclusive junto às instituições públicas, não efetuando vendas diretamente a consumidores finais. Assim, existiria a possibilidade de certames desertos.

O aspecto mais importante, todavia, dessa análise, deve incidir sobre a questão do preço, já que este é a principal justificativa da presente proposição. Sabe-se que as licitações para a aquisição dos produtos em tela são do tipo “menor preço”. Assim, se os laboratórios e indústrias tiverem interesse e não existirem restrições legais relativas à habilitação, eles poderão participar regularmente do processo, juntamente com qualquer outro interessado igualmente apto. O vencedor será quem apresentar menores preços entre todos os concorrentes, não importando quantos sejam os competidores.

Cumpra ressaltar que, a prática administrativa das licitações tem demonstrado que, nem sempre, os laboratórios e indústrias apresentam menores preços que as distribuidoras. Em diversas situações, com a participação de ambos os grupos, os preços ofertados pelos “intermediários” são menores que os apresentados pelos fabricantes.

Assim, a tese defendida pelo autor, de que intermediários aumentam os preços, estimulam a corrupção e facilitam a sonegação fiscal, revela-se insubsistente.

Portanto, a limitação à concorrência quando da aquisição de medicamentos e equipamentos de saúde pela União, que ocorreria com a aprovação da presente proposição, teria efeitos negativos para o sistema de saúde, onerando injustificadamente os cofres públicos. Ademais, tal limitação seria violadora dos princípios jurídicos das licitações e dos princípios constitucionais que regem a atuação da Administração Pública.

Diante do exposto anteriormente, considero que o Projeto de Lei nº 880, de 2003, deva ser rejeitado.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado HENRIQUE FONTANA
Relator

ArquivoTempV.doc_257

8EB48F3508 *8EB48F3508*